

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE GESTÃO
ADMINISTRATIVA E LICITAÇÕES

TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº
..../2021/SMC FIRMADO ENTRE O
MUNICÍPIO DO RIO GRANDE E A
EMPRESA PARA A
PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO
FÍSICO NA ORLA DO BALNEÁRIO
CASSINO PARA PROPAGANDA
ATRAVÉS DE DE PLACAS DE
ZONEAMENTO A SEREM
DISPOSTAS NA ORLA MARÍTIMA
DO PERÍMETRO MUNICIPAL , DE
CONFORMIDADE COM O
CHAMAMENTO PÚBLICO
Nº .002/2021 - SMC

O **MUNICÍPIO DO RIO GRANDE**, com sede nesta cidade, sito ao Largo Eng. João Fernandes Moreira, s/n, inscrito no CNPJ sob o nº 88.566.872/0001-62, neste ato representado, conforme declaração de competência, pelo Secretário de Município de Gestão Administrativa e Licitações - SMGAL, Sr. Deivid Moraes Mendes, inscrito no CPF sob o nº 989.438.470-68, denominado **PERMITENTE** e de outro lado a empresa, inscrita no CNPJ sob nº, estabelecida no Município de, na Rua CEP, neste ato representada pela Srª , na qualidade de, portadora do RG nº doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, de conformidade com o decreto nº 13.335, de 04 de maio de 2015, que regulamenta a organização e o funcionamento das dependências do Mercado Público Municipal. Celebram o presente termo mediante as seguintes cláusulas e condições reciprocamente aceitas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: É objeto do presente Termo a permissão de uso de espaço junto a orla marítima da Praia do Cassino para exploração comercial através de placas de zoneamento a serem dispostas na orla marítima do perímetro municipal.

Parágrafo Primeiro: Como contrapartida à Permissionária, a mesma poderá realizar exploração publicitária nas placas. Assim, poderá ser acrescida uma área de, no máximo, 30% do tamanho inicialmente previsto, na parte inferior da placa, na qual deverá conter, além da publicidade da autorizada, o brasão da Prefeitura Municipal do Rio Grande, a inscrição Prefeitura Municipal do Rio Grande, a inscrição Secretaria de Município do Cassino e a Logomarca do Cassino 04 Estações..

Parágrafo Segundo: O trecho da Orla Marítima da Praia do Cassino compreenderá a área situada entre a raiz do Molhe Oeste da Barra e a localidade do Navio Altayr, perfazendo um total de 21 Km, aproximadamente..

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Parágrafo Primeiro: Esta permissão não onera a Permissionária, portanto não haverá recolhimento aos cofres públicos.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE GESTÃO
ADMINISTRATIVA E LICITAÇÕES

Parágrafo Segundo: O fornecimento das guaritas será custeado pelas Permissionárias seguindo rigorosamente o padrão fornecido pela ASASUL (Anexo I), assim como a confecção das placas publicitárias e suas manutenções, sem ônus à Administração Pública;

Parágrafo Terceiro: A Permissionária vencedora deverá entregar as 76(setenta e seis) placas em perfeitas condições de uso e conforme Relação que segue em anexo (Anexo I – Quantitativo de Placas), com metragem das mesmas, que obedece ao Decreto nº 46.245, de 18 de junho de 2022.

Parágrafo Quarto: A responsabilidade pelo fornecimento de todas as placas será da Permissionária, nesse incluído os custos de produção e confecção das respectivas molduras, sem ônus à Administração Pública.

Parágrafo Quarto: As Placas deverão ser entregues à Secretaria de Município do Cassino, localizada na Rua Professor Fernando Freire, nº 412 - Balneário Cassino

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO: O prazo de vigência do presente termo é de 02(dois) anos, relativos as Temporadas de Veraneio **2021/2022 e 2022/2023**.improrrogáveis.

CLÁUSULA QUARTA – DA INSTALAÇÃO: Caberá a Administração Pública a instalação das placas.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO: O serviço será fiscalizado pela Secretaria de Município do Cassino, a qual indicará um funcionário responsável para tal.

CLÁUSULA SÉXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA: A Permissionária obriga-se perante a Permitente a:

- a)Sujeitar-se à fiscalização da Permitente, que será efetuada por funcionário designado para tal.
- b) Ficar a encargo da Permissionária a manutenção, reposição de materiais danificados, por todo período de vigência do presente termo.
- c) Todas as despesas de manutenção e conservação das placas serão de exclusiva responsabilidade da Permissionária, assim como a mantê-las funcionais no período anual determinado pela SMC
- d) Na vigência do contrato, ser o único responsável, perante terceiros, excluída a Municipalidade de quaisquer reclamações e indenizações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO: A falência provocará a rescisão de pleno direito do contrato, como também a declaração judicial de insolvência e abertura do concurso de credores.

Parágrafo Primeiro: Outrossim, constituirão motivos para rescisão do contrato o não cumprimento das cláusulas contratuais.

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE GESTÃO
ADMINISTRATIVA E LICITAÇÕES

CLÁUSULA OITAVA - DO TERMO DE PERMISSÃO: A Permissionária fica autorizada a alienar os espaços publicitários para terceiros, mediante condições estabelecidas entre si, devendo, em todos os casos, serem observadas as condições deste termo, o edital e seus anexos.

Parágrafo Primeiro: A transferência de que trata o parágrafo anterior não exime a Permissionária das responsabilidades assumidas no presente termo.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES: Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, a saber:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos.

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA: A Permissionária declara expressamente que aceita todas as condições deste termo, sem restrições de qualquer natureza e de que executará os serviços de acordo com as normas e especificações vigentes neste Município.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DOS CASOS OMISSOS: Onde este termo for omissos prevalecerão os termos da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DO FORO: As partes contratantes elegem o FORO da Comarca do Rio Grande para dirimir quaisquer dúvidas que possam advir no cumprimento deste Contrato ou após a sua vigência.

E, por estarem de acordo com os termos do presente, após lido, vai assinado pelas partes interessadas, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Departamento de Licitações e Contratos, de de 2021

.....
Permitente

.....
Secretário de Município do Cassino

Deivid Moraes Mendes
Secretário de Município de Gestão Administrativa e Licitações



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE GESTÃO
ADMINISTRATIVA E LICITAÇÕES

CC.: SMF/SMC/DLC/CSCI/ PERMITENTE

FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Em virtude da complexidade da prestação do serviço e por estar previsto no art. 67 da Lei 8.666/93, que versa sobre a necessidade de acompanhamento e fiscalização de todo o contrato administrativo por representante especialmente designado para tanto. A Secretaria responsável, nomeia como Fiscais do Contrato o(a) Senhor(a).

_____ e _____ o(a)
senhor(a)_____.

ciente:

Fiscal do contrato

Fiscal do contrato

.....
Secretário de Município do Cassino

Rio Grande, ... de ... de 2021